

BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO N° 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

ATUAÇÃO DO MPCE

Recomendação do MPCE incentiva elaboração de iniciativas de prevenção à gravidez na adolescência

30 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 14ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, recomendou às Secretarias de Educação do Estado e do Município de Fortaleza a elaboração de diretrizes para o acompanhamento adequado das adolescentes nos períodos de gravidez e pós-parto, de forma a garantir a permanência destas nas escolas, incluindo a regulamentação do regime de exercícios domiciliares e a prioridade no monitoramento da infrequência desse grupo. [Leia Mais](#)

MPCE apresenta Ação Cautelar para regularização dos “Trens da Alegria”

29 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, apresentou nesta terça-feira, 29, Ação Cautelar Preparatória para a regularização dos serviços de entretenimento conhecidos como “Trens da Alegria” no município de Fortaleza. Foram acionados o Departamento de Trânsito Estadual (Detran-CE); a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC-CE); a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor) e as empresas de transporte recreativo. [Leia Mais](#)

Projeto Vidas Preservadas inicia gravações do curso Guardiões da Vida EAD

28 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopij), dá início a uma nova iniciativa do projeto Vidas Preservadas, o curso Guardiões da Vida EAD, a versão de Ensino à Distância da capacitação voltada para cidadãos interessados em reconhecer os fatores de risco para suicídio. As aulas gratuitas contam com apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e as gravações já iniciaram. [Leia Mais](#)

MPCE participa de inauguração das novas unidades das Varas de Infância e de Família de Juazeiro do Norte e da Secretaria Judiciária Regional

28 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) participou da solenidade de inauguração das novas unidades da Vara Única da Infância e Juventude e da 2ª Vara de Família e Sucessões, em Juazeiro do Norte, realizada nessa sexta-feira (25/01). A cerimônia contou com a presença do secretário-executivo das Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte, promotor de Justiça Flávio Côrte, representando o procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, além dos membros Alessandra Magda Ribeiro Monteiro.. [Leia Mais](#)

MPCE realiza audiência pública para discutir nucleação de escolas rurais em Barreira

16 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), através da Promotoria de Justiça de Barreira realizou nesta quarta-feira (16), no auditório da Câmara Municipal, uma audiência pública para discutir a nucleação de escolas públicas localizadas em distritos do Município. Participaram do evento, o prefeito e vice, vereadores, representantes das Secretarias Municipais de Educação, Assistência social e Infraestrutura, do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e da.. [Leia Mais](#)

MPCE solicita que Seduc e SME façam busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência

15 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 16ª Promotoria de Justiça Cível, entregou, no último dia 10 de janeiro, ofício à Secretaria de Educação do Estado e à Secretaria Municipal de Educação solicitando busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência, atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), e que estejam fora da escola no município de Fortaleza.

[Leia Mais](#)

BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO N° 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

MPCE recomenda melhorias no atendimento do CREAS de Iguatu

8 de janeiro de 2019



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), através dos promotores de Justiça da comarca de Iguatu, Helga Barreto Tavares e Leydomar Nunes Pereira, recomendou, no dia 19 de dezembro de 2018, à secretária de Assistência Social daquele Município que adéque a unidade de funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), promovendo maior acessibilidade aos usuários do equipamento portadores de deficiência, de acordo com a Lei 10.098/2000. [Leia Mais](#)

ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPAL - ALAGOAS

28 de janeiro de 2019

Após ação do MPE/AL, Poder Judiciário de Alagoas determina que prefeitura ofereça transporte escolar adequado a estudantes

Após ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL), por meio do Núcleo de Defesa da Educação e da Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde, o Poder Judiciário de Alagoas determinou que a prefeitura do município ofereça aos estudantes da rede pública transporte escolar adequado e em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro. [Leia Mais](#)

MPPR - PARANÁ

22 de janeiro de 2019

BIRD BOX CHALLENGE - Pais devem adotar postura preventiva para evitar que filhos se envolvam em jogos perigosos

O Ministério Público do Paraná faz um alerta aos pais para que redobrem os cuidados com os filhos, principalmente adolescentes, com intuito de atuar de modo preventivo e também identificar sinais que possam indicar que estejam participando dos desafios propostos pelo jogo. [Leia Mais](#)

MPPA - PARÁ

22 de janeiro de 2019

Promotoria de Justiça realiza Escuta Social

A Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia realizou nos dias 17 e 18 de janeiro, nas Câmaras Municipais de Piçarra e São Geraldo do Araguaia, a “Escuta Social” com a finalidade de debater os problemas da população em relação à saúde e educação. [Leia Mais](#)

MPPE - PERNAMBUCO

22 de janeiro de 2019

Olinda: Audiência Pública debaterá sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa Infância e Juventude de Olinda, realizará, na próxima terça-feira (29), uma audiência pública para debater a questão do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto. O encontro será às 14h, no auditório da Promotoria de Justiça de Olinda. [Leia Mais](#)

MPPI - PIAUÍ

18 de janeiro de 2019

CAODIJ/MPPI lança projeto com videoaulas sobre direitos das crianças e dos adolescentes

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (CAODIJ) deu início ao projeto “Desvendando os Direitos da Infância e da Juventude: conscientizando a comunidade sobre a proteção às nossas crianças e adolescentes”. [Leia Mais](#)

MPRN – RIO GRANDE DO NORTE

17 de janeiro de 2019

Touros: MPRN emite recomendação para combater evasão escolar na rede de ensino municipal

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), através da Promotoria de Justiça de Touros, expediu uma recomendação para as instituições de proteção à criança do Município visando combater a evasão escolar na rede pública da cidade. A unidade ministerial apurou que os índices de infrequência, abandono e evasão escolar de Touros afirmam a necessidade de medidas intersetoriais para o combate da situação. [Leia Mais](#)



BALANÇO DE NOTÍCIAS CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO N° 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

MPPA – PARÁ

15 de janeiro de 2019

MPPA ingressa com ação para garantir condições de funcionamento ao Conselho Tutelar

Com o objetivo de garantir condições adequadas de funcionamento ao Conselho Tutelar do município de Capitão Poço, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através do promotor de Justiça Nadilson Portilho Gomes, ajuizou Ação Civil Pública, com pedido liminar de obrigação de fazer contra o município, representado pelo prefeito municipal João Gomes de Lima, nesta 3ª feira (15).

[Leia Mais](#)

MPSC – SANTA CATARINA

15 de janeiro de 2019

Mitos podem esconder casos de violência infantil

"Bater é uma forma de educar"; "é de pequeno que se torce o pepino"; "não se considera estupro quando a vítima com menos de 14 anos está namorando com abusador" - esses são alguns dos mitos que acabam justificando atos violentos contra crianças e adolescentes. O Ministério Público de Santa Catarina tem um papel fundamental na proteção da vítima e na responsabilização do agressor. [Leia Mais](#)

MPRS – RIO GRANDE DO SUL

11 de janeiro de 2019

Decisão indefere liminar e não suspende termo para disponibilizar utilização de método contraceptivo às adolescentes acolhidas da Capital

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Itaguaí, e o Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ) realizaram, na última quarta-feira (09/01), na sede de Itaguaí do MPRJ, cerimônia para celebrar a formação de 19 adolescentes nos cursos de Almojarife e Informática do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). [Leia Mais](#)

MPAC – ACRE

11 de janeiro de 2019

Promotorias de Brasileia e Epitaciolândia iniciam Observatório de Políticas Públicas com foco na educação infanto-juvenil

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Itaguaí, e o Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ) realizaram, na última quarta-feira (09/01), na sede de Itaguaí do MPRJ, cerimônia para celebrar a formação de 19 adolescentes nos cursos de Almojarife e Informática do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). [Leia Mais](#)

MPBA – BAHIA

11 de janeiro de 2019

Projeto “Cidadão Aprendiz” capacita mais 43 jovens

Na manhã desta sexta-feira, dia 11, o Ministério Público estadual promoveu uma solenidade para conclusão da segunda turma do projeto “Cidadão Aprendiz” e entregou certificados a 43 jovens. O projeto, que visa oportunizar a primeira experiência profissional a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como favorecer a reintegração social deles, é resultado de um acordo de cooperação técnica firmado em 2013 entre o MP, Defensoria Pública do Estado, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) e o Município de Salvador. [Leia Mais](#)

OUTRAS NOTÍCIAS

Governador anuncia retomada do pagamento do Cartão Mais Infância

28 de janeiro de 2019

Reduzir as desigualdades sociais e a extrema pobreza no Ceará. Esse é o principal objetivo do Cartão Mais Infância, que o governador Camilo Santana anunciou nesta segunda-feira (28) que vai retornar a partir de fevereiro. Trata-se de um programa de transferência de renda que beneficia cerca de 50 mil famílias em situação de vulnerabilidade. O benefício de R\$ 85 mensais é pago a famílias cearenses com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, incluídas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico). [Leia Mais](#)



BALANÇO DE NOTÍCIAS

CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO N° 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

Tribunal registra a entrada de um processo no plantão desse fim de semana

28 de janeiro de 2019

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) registrou a entrada de um processo durante o plantão judiciário desse fim de semana. O caso foi analisado pelo desembargador Francisco de Assis Figueira Mendes nesse sábado, dia 26. Trata-se do agravo de instrumento n° 0000252-97.2019.8.06.0000. No recurso, o Instituto para o Desenvolvimento da Educação (mantenedora do Centro Universitário Christus) solicitou efeito suspensivo da decisão do Juízo da 17ª Vara Cível de Fortaleza, que determinou ao estabelecimento que promova o arredondamento da média de uma aluna para seis e que permita a imediata matrícula da estudante nos módulos Horizontal IV e Vertical V do curso de medicina (4º semestre), sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. [Leia Mais](#)

TJCE especializa área da infância e amplia atendimento para família e sucessões em Juazeiro

25 de janeiro de 2019

A Comarca de Juazeiro do Norte (localizada na Região do Cariri cearense) passou a ter a Vara da Infância e da Juventude e a 2ª Vara de Família e Sucessões. As duas novas unidades foram instaladas, nesta sexta-feira (25/01), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladyson Pontes. A ampliação da estrutura permite aumentar a capacidade de atendimento, porque a Vara da Infância (que funciona no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão) cuidará das ações e medidas atualmente em tramitação na 2ª Vara Cível, cuja redistribuição deverá ocorrer em até 30 dias. Isso significa que o juízo especializado dará maior celeridade a casos de destituição do poder familiar, adoção e atos infracionais cometidos por adolescentes. [Leia Mais](#)

Corregedoria-Geral da Justiça conclui audiências do Projeto Pai Presente

24 de janeiro de 2019

A Comarca de Juazeiro do Norte (localizada na Região do Cariri cearense) passou a ter a Vara da Infância e da Juventude e a 2ª Vara de Família e Sucessões. As duas novas unidades foram instaladas, nesta sexta-feira (25/01), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladyson Pontes. A ampliação da estrutura permite aumentar a capacidade de atendimento, porque a Vara da Infância (que funciona no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão) cuidará das ações e medidas atualmente em tramitação na 2ª Vara Cível, cuja redistribuição deverá ocorrer em até 30 dias. [Leia Mais](#)

TJAP - Programa de Mediação Escolar do TJAP: uma prática que promove a pacificação no ambiente educacional

16 de janeiro de 2019

Euzinete Bentes, supervisora do Programa de Mediação Escolar e Social do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Amapá (NUPEMEC/TJAP), destaca que a prática realizou cerca de 30 ações em 2018 e já fechou agenda para 2019. “Estão previstas atividades que englobam curso de aluno conciliador, instalação de mais núcleos de mediação em escolas, criação de procedimento operacional padrão, palestras, supervisão dos certificandos, reunião de estudos da equipe, cooperação com a prática OAB Vai à Escola e projeto Pequeno Juiz na Corte”, disse. [Leia Mais](#)

Presidente do STF determina suspensão de pagamento de honorários advocatícios com recursos do Fundeb

11 de janeiro de 2019

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou nesta sexta-feira (11) a imediata suspensão de todas as decisões que tenham autorizado o pagamento de honorários advocatícios contratuais em precatórios expedidos pela União para quitar diferenças de complementação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) devidas a municípios. [Leia Mais](#)

Tribunais produzem vídeos para estimular adoção de crianças e adolescentes

03 de janeiro de 2019

Aos onze anos, Madson se parece com grande parte dos meninos de sua idade: gosta de brincar de esconde-esconde, assistir ao desenho do “Ben10”, jogar capoeira e futebol. O que ele também gostaria muito de fazer é dar um beijo na mãe ou no pai ao chegar da escola. O problema é que a família dele, por enquanto, não existe. Madson mora em um abrigo desde bebê e é uma das 17 crianças e adolescentes que participa do Projeto Eu Existo, da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). [Leia Mais](#)



BALANÇO DE NOTÍCIAS CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO Nº 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

CURSOS E EVENTOS

Guardiões da Vida

Data: 1º de fevereiro de 2019
Local: Auditório do SINEPE
Público alvo: Professores e profissionais do SINEPE
Para mais informações: vidaspreservadas.mpce.mp.br

Seminário de Abertura “Vidas Preservadas”

Data: 22 de março de 2019
Local: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça
Público alvo: Aberto ao público
Para mais informações: vidaspreservadas.mpce.mp.br

Seminário Mídia e Direitos Humanos para a Infância e Juventude: um olhar para a cultura de paz

Data: 13 de fevereiro de 2019
Local: Auditório da Biblioteca da Unifor
Público alvo: Jornalistas e estudantes de Comunicação Social
Inscrições: [Clique AQUI](#)

ATUALIZAÇÕES JURÍDICAS

[Lei nº 13.803, 10 de janeiro de 2019](#) - Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

[Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019](#) - Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

[Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

[STF: Liminar suspende exigência do TCU da apresentação de dados dos estudantes para auditoria do](#)

[Bolsa Família](#) - O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, deferiu medida liminar para suspender decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que havia determinado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a entrega de dados individualizados do Censo Educacional e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de 2013 a 2016, para fins de auditoria do Programa Bolsa Família. Na decisão, proferida no exame de medida cautelar no Mandado de Segurança (MS) 36150, o ministro considerou plausível a alegação do Inep de que os dados são sigilosos.



BALANÇO DE NOTÍCIAS CAOPIJ

Centro de Apoio Operacional
da Infância e Juventude

85 3472 1260
www.mpce.mp.br

ANO IV - INFORMATIVO N° 01/2019 – FORTALEZA, 31 de JANEIRO DE 2019

DECISÃO - STJ: Interesse do menor não pode ser invocado para justificar adoção irregular sem consentimento dos pais - A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a um recurso para julgar improcedente o pedido de guarda formulado por casal que manteve irregularmente uma criança por mais de sete anos e determinou sua entrega imediata aos pais biológicos. O colegiado considerou que o argumento do melhor interesse do menor não justifica a guarda em caso de desrespeito a acordos e ordens judiciais.